



GABINETE DO MINISTRO  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 9º andar  
70049-900 - Brasília-DF  
Tel.: (61) 3312-8707 – [ministro@defesa.gov.br](mailto:ministro@defesa.gov.br)

OFÍCIO Nº 12806/GM-MD

Brasília, na data de assinatura.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Senado Federal - Bloco 02 - Pavimento Térreo  
70.165-900 Brasília/DF

**Assunto: Requerimento nº 29, de 2023-CRE, do Senado Federal.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Sobre o assunto em epígrafe e em resposta ao Ofício nº 280 (SF), de 16 de abril de 2024, encaminho a Vossa Excelência o Despacho nº 163/SCPE/CAE/EMCFA-MD, de 4 de abril de 2024, e anexo, elaborado pela Chefia de Assuntos Estratégicos, deste Ministério.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO  
Ministro de Estado da Defesa





Documento assinado eletronicamente por **José Mucio Monteiro Filho, Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 14/05/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0, o código verificador **7116472** e o código CRC **02AC6209**.

---

GABINETE DO MINISTRO/GM  
NUP Nº60000.002356/2024-95



MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS  
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Despacho nº 163/SCPE/CAE/EMCFA-MD

Processo nº 60000.006561/2023-49

Ao Senhor Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais (AERI)

**Assunto: Solicitação de informações, do Ministério da Defesa, no âmbito da avaliação do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.**

Anexo: Resposta ao Ofício nº 724 da Senadora Mara Gabrilli (7014144).

Senhor Chefe,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, passo a tratar sobre a solicitação em epígrafe.
2. Em atenção ao Ofício nº 724/2023/GSMGABI (6695570), da Senadora Mara Gabrilli, encaminho anexo as respostas atinentes às informações solicitadas.
3. Por fim, coloco à disposição o Cel (EB) PIRES, nos seguintes contatos: Tel.: (61) 2023-9558 e *e-mail*: raymundo.pires@defesa.gov.br, para quaisquer informações adicionais.

Brasília, na data de assinatura.

Atenciosamente,

Gen Div MARCELO ARANTES GUEDON  
Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Arantes Guedon**, **Vice-Chefe**, em 04/04/2024, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **7015435** e o código CRC  
**6A0F418F**.

---

SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA/SCPE  
NUP Nº60000.006561/2023-49



MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS  
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA

**RESPOSTAS AOS DADOS E INFORMAÇÕES SOLICITADAS**

(Referência: Ofício 724/2023/GSMGABRI)

**1. Quadro comparativo com o número de homens e mulheres militares de carreira, incluindo também recorte para posições de chefia, desde o ano de 2009.**

- Marinha do Brasil (MB)

MILITARES DE CARREIRA DA MARINHA DO BRASIL			
ANO	Segmento		TOTAL
	Feminino	Masculino	
2009	2.638	53.434	56.072
2010	2.788	54.245	57.033
2011	3.100	55.435	58.535
2012	3.525	56.040	59.565
2013	3.954	56.620	60.576
2014	4.657	57.599	62.256
2015	4.732	58.709	63.441
2016	4.736	58.816	63.552
2017	4.819	58.648	63.466
2018	4.912	58.632	63.544
2019	5.020	58.476	63.496
2020	5.085	57.845	62.930
2021	4.995	56.323	61.318
2022	4.970	54.796	59.766
2023	4.909	54.787	59.696

<b>MILITARES DE CARREIRA DA MARINHA DO BRASIL</b>			
<b>Recortes das posições de Chefia</b>			
<b>ANO</b>	<b>Sexo</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>F</b>	<b>M</b>	
2009	30	514	544
2010	22	518	540
2011	24	456	480
2012	23	520	543
2013	27	497	524
2014	46	512	558
2015	35	539	574
2016	34	567	601
2017	52	598	650
2018	61	594	655
2019	77	625	702
2020	86	626	712
2021	85	591	676
2022	111	643	754
2023	139	614	753
Foram considerados como posições de Chefia a quantidade de Oficiais Gerais e capitães de Mar e Guerra.			

- Exército Brasileiro (EB)

<b>MILITARES DE CARREIRA DO EXÉRCITO BRASILEIRO</b>			
<b>ANO</b>	<b>Segmento</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	
2009	1.301	51.760	53.061
2010	1.419	52.000	53.419
2011	1.474	50.650	52.124
2012	1.696	52.252	53.948
2013	1.811	51.921	53.732
2014	1.949	51.817	53.766
2015	2.044	51.703	53.747
2016	2.176	51.356	53.532
2017	2.295	51.051	53.346
2018	2.484	51.105	53.589
2019	2.684	51.678	54.362
2020	2.879	50.462	53.341
2021	3.016	48.590	51.606
2022	3.164	47.321	50.485
2023	3.253	45.911	49.164

<b>MILITARES DE CARREIRA DO EXÉRCITO BRASILEIRO</b>			
<b>Recortes das posições de Chefia</b>			
<b>ANO</b>	<b>Sexo</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>F</b>	<b>M</b>	
2009	-	512	512
2010	-	548	548
2011	-	586	586
2012	-	599	599
2013	-	599	599
2014	-	614	614
2015	2	599	601
2016	2	626	628
2017	2	626	628
2018	4	641	645
2019	8	616	624
2020	11	619	630
2021	11	650	661
2022	10	661	671
2023	14	671	685

- Força Aérea Brasileira (FAB)

<b>MILITARES DE CARREIRA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA</b>			
<b>ANO</b>	<b>Segmento</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	
2009	4.510	36.617	41.127
2010	4.932	35.435	40.367
2011	5.415	34.363	39.778
2012	5.927	33.434	39.361
2013	6.202	32.683	38.885
2014	6.502	31.834	38.336
2015	6.735	30.762	37.497
2016	6.992	29.714	36.706
2017	7.226	28.755	35.981
2018	7.463	27.649	35.112
2019	7.727	27.010	34.737
2020	7.981	26.728	34.709
2021	8.238	26.509	34.747
2022	8.451	25.753	34.204
2023	8.677	25.168	33.845
2024 (*)	8.907	24.675	33.582

(\*) Atualizado em 10.01.2024

<b>MILITARES DE CARREIRA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA</b>			
<b>Recortes das posições de Chefia</b>			
<b>ANO</b>	<b>Sexo</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>F</b>	<b>M</b>	
2009	928	6.211	7.139
2010	922	6.148	7.070
2011	907	6.082	6.989
2012	894	5.986	6.880
2013	879	5.847	6.726
2014	875	5.705	6.580
2015	858	5.574	6.432
2016	851	5.456	6.307
2017	855	5.400	6.255
2018	919	5.296	6.215
2019	968	5.196	6.164
2020	1.035	5.157	6.192
2021	1.091	5.075	6.166
2022	1.089	4.880	5.969
2023	1.094	4.729	5.823
2024 (*)	1.095	4.553	5.648

(\*) Atualizado em 10.01.2024

## **2. Informações sobre homens e mulheres militares brasileiros atuando em missões individuais e compondo os contingentes nas operações de manutenção da paz e missões políticas especiais das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, desde o ano de 2009.**

O Ministério da Defesa do Brasil atualiza, mensalmente, o efetivo das Forças Armadas, além de possuir um documento de caráter ostensivo, chamado “MEMENTO”, onde são divulgados dados das Forças Armadas brasileiras, tanto de efetivo masculino quanto feminino, entre outros.

Atualmente, há 81 militares brasileiros desdobrados em missões individuais e compondo os contingentes nas seguintes operações de manutenção da paz e missões políticas especiais das Nações Unidas: MONUSCO (Rep. Dem. Congo), UNMISS (Sudão do Sul), MINUSCA (Rep. Centro Africana), UNIFIL (Líbano), MINURSO (Saara Ocidental), UNISFA (Abyei), UNFICYP (Chipre), UNSOM (Somália) e UNMHA (Iêmen). Nesse cenário, 16 militares são mulheres atuando em 4 (quatro) das citadas missões.

Cabe destacar que este número é variável e depende das demandas específicas da ONU apresentadas ao Governo Brasileiro.



Desde o ano de 2009, atuaram em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, cerca de 5.160 militares e policiais brasileiros, sendo cerca de 340 mulheres.

Quanto ao registro da participação feminina em Operações de Paz da ONU conta com um total acumulado, desde 1992, de cerca de 340 mulheres, sendo 300 de 2009 até setembro de 2023.

O detalhamento das informações solicitadas poderá ser acessado por intermédio dos links:

a. Participação brasileira em Op Paz

- [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_missoes-de-paz/arquivos/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu/historicobrasileironoconcertodasnacoesmar23.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/arquivos/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu/historicobrasileironoconcertodasnacoesmar23.pdf)

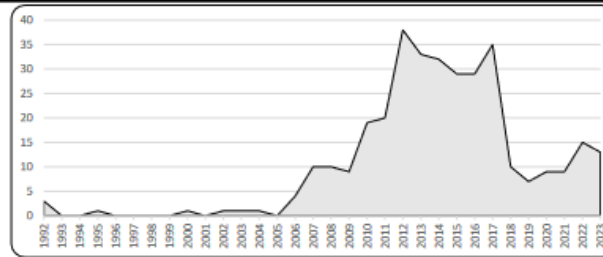
b. Participação feminina brasileira em Op Paz

- [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_missoes-de-paz/arquivos/mulheres-missoes-de-paz/DesignaodeMulheresparaOperaesdePaz300923.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/arquivos/mulheres-missoes-de-paz/DesignaodeMulheresparaOperaesdePaz300923.pdf)

## Designação de Mulheres Militares e Policiais Brasileiras para Operações de Paz da ONU

Ano de Designação	UNIFIL	UNAVEM II	MINURSO	MINUGUA	UNMIK	UNMISSET UNMIT UNOTIL	MINUCI UNOCI	UNMIL	MINUSTAH	UNAMID	UNIOGIBIS	MONUSCO	UNMISS	UNISFA	MINUSMA	MINUSCA	UNTAMS	Mulheres Brasileiras Designadas para Missões de Paz
	Libano	Angola	Saara Ocidental	Guatemala	Kosovo	Timor Leste	Costa do Marfim	Libéria	Haiti	Sudão	Guiné Bissau	Rep. Dem. Congo	Sudão do Sul	Abyei	Mali	Rep. Centro Africana	Sudão	
	1978 ...	1991-95	1991 ...	1997-04	1999 ...	2002-12	2003-17	2004-18	2004-17	2007-20	2009-20	2010 ...	2011 ...	2011 ...	2013 ...	2014 ...	2020 ...	
1992	0	3	0															3
1993	0	0	0															0
1994	0	0	0															0
1995	0	1	0															1
1996	0		0															0
1997	0		0	0														0
1998	0		0	0														0
1999	0		0	0	0													0
2000	0		0	1	0													1
2001	0		0	0	0													0
2002	0		0	0	0	1												1
2003	0		0	0	0	1	0	0										1
2004	0		0	0	0	1	0	0	0									1
2005	0		0		0	0	0	0	0									0
2006	0		0		0	1	0	0	3									4
2007	0		0		0	0	0	0	10	0								10
2008	0		0		1	1	0	0	8	0								10
2009	0		0		0	0	0	0	9	0	0							9
2010	0		0		0	2	0	0	16	0	1	0						19
2011	0		0		0	2	0	0	18	0	0	0	0	0	0			20
2012	0		0		0	2	2	2	30	0	0	0	2	0				38
2013	1		0		0		1	0	30	0	0	0	1	0	0			33
2014	1		0		0		1	0	29	0	0	0	1	0	0	0		32
2015	0		0		0		0	1	27	0	0	0	1	0	0	0		29
2016	0		0		0		0	1	28	0	0	0	0	0	0	0		29
2017	0		0		0		0	0	31	1	1	0	2	0	0	0		35
2018	1		2		0			0		1	1	0	3	1	0	1		10
2019	1		2		0					0	0	0	3	0	0	1		7
2020	4		2		0					0	0	0	1	0	0	2	0	9
2021	0		1		0							1	4	0	0	3	0	9
2022	0		3		0							3	4	0	0	4	1	15
2023*	0		2									2	3	0	1	5	0	13
Total	8	4	12	1	1	11	4	4	239	2	3	6	25	1	1	16	1	339

UNIFIL - Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (Mar 1978 - ...)  
 UNAVEM II - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas na Angola (Mai 1991 - Fev 1995)  
 MINURSO - Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Abr 1991 - ...)  
 MINUGUA - Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (Jan 1997 - Mai 1997)  
 UNMIK - Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (Jun 1999 - ...)  
 UNMISSET, UNMIT e UNOTIL - Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor Leste e Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Ago 2002 - Dez 2012)  
 MINUCI e UNOCI - Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (Mai 2003 - Jun 2017)  
 UNMIL - Missão das Nações Unidas na Libéria (Set 2003 - Mar 2018)  
 MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Jun 2004 - Out 2017)  
 UNAMID - Operação Híbrida das Nações Unidas e União Africana em Darfur (Jul 2007 - Dez 2020)  
 UNIOGIBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (Jan 2010 - Dez 2020)  
 MONUSCO - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Jul 2010 - ...)  
 UNMISS - Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (Jun 2011 - ...)  
 UNISFA - Força de Segurança Interina das Nações Unidas para o Abyei (Jun 2011 - ...)  
 MINUSMA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (Jun 2013 - ...)  
 MINUSCA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (Abr 2014 - ...)  
 UNTAMS - Missão de Assistência de Transição Integrada das Nações Unidas no Sudão (Jun 2022 - ...)



**Obs1.** Os dados foram coletados do Diário Oficial da União e do Banco de dados de Processos no âmbito do Ministério da Defesa, organizados cronologicamente entre 01 de janeiro de 1992 e 31 de dezembro de 2022, considerando a data de início de missão para militares e policiais femininas brasileiras designadas para operações de paz da ONU. Destaca-se a ocorrência de mulheres designadas para mais de uma missão ou mais de uma vez para a mesma missão.  
**Obs2.** Foram consideradas tanto as Operações de Paz coordenadas pelo DPO, quanto as missões políticas coordenadas pelo DPPA.  
**Obs3.** Os dados referentes ao ano de 2023 são parciais.

Dados atualizados pela Subchefia de Operações Internacionais da Chefia de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa em:

30 de setembro de 2023.

**3. Quadro comparativo com o número de indicações masculinas e femininas, incluindo também recorte para posições de liderança, referente ao item anterior.**

O Brasil, por meio do Ministério da Defesa, superou a meta de gênero de 20%, prevista pela ONU para 2023, referente ao desdobramento de mulheres das Forças Armadas (FA) brasileiras, em missões individuais de paz, com 21,5% em novembro.

A luz desses números pode-se constatar o cumprimento do MD quanto à participação de mulheres militares brasileiras empregadas em missões individuais e/ou como parte de contingentes de operações de manutenção da paz e/ou missões políticas especiais, inclusive em posições de liderança.

Exemplo disso pode ser exemplificado por intermédio do reconhecimento da ONU ao trabalho realizado pelas mulheres brasileiras desdobradas em missões de paz. Por dois anos consecutivos, em 2019 e 2020, duas capacetes azuis brasileiras receberam o “Prêmio Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU” por seu trabalho na MINUSCA, na República Centro-Africana. Assim, Oficiais brasileiras da Marinha deram testemunho da excelência do preparo oferecido pelas Forças Armadas do Brasil a suas tropas e dos benefícios auferidos com a participação plena, igualitária e significativa de mulheres nas missões da ONU.

Ademais, cabe ressaltar que, inicialmente, a maior parte das mulheres militares que participaram das missões dos batalhões brasileiros enviados ao Haiti eram médicas, dentistas, tradutoras e enfermeiras. Atualmente, esse perfil tem sido, progressivamente, alterado com a contribuição das mulheres em missões de paz e missões políticas especiais da ONU como “Gender Advisers” (desde 2018, dez Mulheres Brasileiras que já ocuparam a função de ponto focal de gênero em Missões de Paz), observadoras militares, integrantes de estados-maiores, instrutoras dos Centros de Instrução de Operações de Paz Nacionais/internacionais e outras posições relevantes.

Em função do exposto, pode-se concluir que há uma evolução gradativa do papel feminino em termos de quantidade e qualidade na ocupação de mulheres brasileiras em posições de destaque nas missões de paz, sob a égide da ONU.

Abaixo, segue os quadros, por Força Singular, contendo o quantitativo das Posições de Liderança em Missões Individuais desde 2009:

- Marinha do Brasil (MB)

Posições de Liderança em Missões Individuais			
ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
2009 A 2024	42	11	53

- Exército Brasileiro (EB)

Posições de Liderança em Missões Individuais		
ANO	MULHERES	TOTAL
2009 A 2023	80	80

- Força Aérea Brasileira (FAB)

Posições de Liderança em Missões Individuais			
ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
2009	3	0	15
2010	2	0	13
2011	2	0	9
2012	1	0	8
2013	1	0	9
2014	0	0	8
2015	1	0	8
2016	0	0	10
2017	1	1	6
2018	0	1	7
2019	0	0	7
2020	2	1	7
2021	0	0	10
2022	0	0	10
2023	1	2	11
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>138</b>

#### 4. Informações sobre políticas de incentivo à participação de mulheres militares em missões e operações de paz.

##### a. Marinha do Brasil (MB)

Existe o constante incentivo para a participação de mulheres nos dois Cursos de Operações de Paz para Mulheres conduzidos pelo Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav), sendo um curso nacional e outro internacional. Ambos foram criados, alinhados à agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, com o propósito de divulgar, encorajar e prover preparação do público feminino, nacional e estrangeiro, incluindo militares, policiais e civis, visando futuras participações em missões de paz da organização das Nações Unidas (ONU). Foram conduzidas 10 edições do referido curso entre 2018 e 2023, tendo capacitado um total de 313 militares brasileiras.

Destaca-se que o Prêmio Defensora militar de igualdade de gênero da ONU de 2019, foi recebido pela Capitão-de-Mar e Guerra (CMG) Cirurgiã-Dentista (CD) CARLA, aluna da primeira edição do referido curso, evidenciando sua contribuição para o preparo das militares brasileiras para as missões da ONU.

Segue abaixo o quadro resumo de quantitativo de militares brasileiras que realizaram os supracitados cursos por ano de edição:

<b>MILITARES BRASILEIRAS QUE REALIZARAM O CURSO</b>							
ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
EFETIVO	32	58	24	47	81	71	<b>313</b>

Sobre a promoção da participação de mulheres nas Forças Armadas, uma das medidas adotadas foi a inclusão de mulheres civis nos Curso de Operações de Paz para Mulheres conduzidos no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), tendo capacitado 99 civis brasileiras até o momento. O curso tem sido uma importante forma de divulgação da atuação das mulheres militares para a sociedade brasileira. O quantitativo de brasileiras civis formadas é demonstrado no quadro a seguir:

<b>CIVIS BRASILEIRAS QUE REALIZARAM O CURSO</b>							
ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
EFETIVO	08	20	03	13	17	38	<b>99</b>

Destaca-se, ainda, a participação de quatro jornalistas como alunas da 10ª edição do curso, o que permitiu uma maior divulgação da participação das mulheres da Marinha do Brasil, por meio de diversas matérias publicadas nos meios de comunicação, trazendo ainda mais informações para a sociedade brasileira sobre o universo das militares mulheres em Operações de Paz da ONU.

Outra relevante iniciativa da Marinha para a promoção das mulheres foi a realização, no CIASC, por meio do COPazNav, em 12 de março de 2020, do Seminário “Mulheres, Paz e Segurança: 20 anos da agenda da Resolução ONU 1325 e os 40 anos da mulher na Marinha”. O referido evento celebrou os 40 anos do ingresso da mulher na Força e os 20 anos da agenda da Resolução ONU 1325, que evidencia a importância da promoção da igualdade na participação das mulheres em todas as fases dos processos de construção da paz. O seminário teve como propósito discutir os avanços e desafios nos tempos atuais

sobre a real inclusão das mulheres e a relevância de seu papel em todos os setores da sociedade, em períodos de paz ou de conflito.

Adicionalmente, a Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) em sua programação de adestramentos direcionados à Operações de Paz (OpPAz) tem procurado atender as orientações das Nações Unidas incentivando a participação de mulheres que hoje corresponde a 10% do efetivo envolvido em cada exercício. Cabe informar, que durante o preparo para a realização de exercícios voltados às OpPAz, a FFE, em coordenação com o Centro de Paz de Caráter naval (COPazNav), realiza oficinas específicas para o Contingente feminino, como adestramento para a preparação de oficiais de Estado-Maior e oficiais Observadores em OpPAz.

b. Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro (EB) vem incentivando à participação de mulheres militares em missões e operações de paz, por intermédio das seguintes ações e iniciativas:

1) realização do Estágio Setorial de Preparação Específica de Militares do Segmento Feminino para Operações de Paz (EPESFOP), desde 2019, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB);

2) participação expressiva de policiais do segmento feminino no processo de seleção da *Selection Assistance and Team*, da Organização das Nações Unidas (SAAT/ONU), em 2019;

3) participação de mulheres militares e policiais nos diversos estágios do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – Estágio de Preparação para Missão de Paz (EPMP), Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC), Estágio de Proteção de Civis (EPC), Estágio de Ação Contra Minas (EACM) e Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz (ELROP);

4) participação de mulheres militares em simpósios, palestras, seminários, *workshop*, em nível nacional e internacional, com o intuito de incentivar e motivar a participação de outras mulheres;

5) realização de *workshop*, conferência, seminários, palestras em coordenação com a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ) e outras instituições civis com foco na valorização de pesquisas e implementação da agenda Mulher, Paz e Segurança;

6) realização da XV Assembleia Anual da Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (ALCOPAZ), tendo como tema central “Mulheres em Operações de Paz”;

7) participação de mulheres militares, como alunas ou instrutoras, em cursos específicos para operações de paz da ONU, de outras organizações internacionais e de outros centros de treinamento para operações de paz; e

8) classificação de militares brasileiras no Quartel-General da Nações Unidas em Nova Iorque.

c. Força Aérea Brasileira

O Comando da Aeronáutica (COMAER), por intermédio do Serviço Social, viabilizou a participação de três mulheres militares na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, sigla em francês), no ano de 2010, em um trabalho articulado com o grupo responsável pela ajuda humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Haiti.

Após a participação na MINUSTAH, o Serviço Social foi requisitado para participar das operações “Serrana” (desastre ambiental, 2011), “Ágata” (2012), “Jogos Mundiais Militares” e missões de “Ação Cívico-Social” (ACISO), todas circunscritas ao âmbito nacional, voltadas ao atendimento da população civil em situações de desastres e/ou conflitos. Os eventos locais foram utilizados tanto para a vivência da situação real quanto para treinamento, objetivando criar protocolos para possíveis situações de operações militares. Nesses eventos, foram mobilizadas 7 militares do sexo feminino.

O Serviço Social participou da elaboração da Portaria Normativa nº 1.771/MD, de 16 de julho de 2014 e de sua atualização, Portaria MD nº 1.283, de 28 de fevereiro de 2023, que aprova as diretrizes para o emprego e a atuação dos profissionais de assistência social das Forças Armadas em situação de emergência, estado de calamidade pública, desastre e ação humanitária, no âmbito do Ministério da Defesa.

**5. Informações sobre as medidas adotadas para ampliar o ingresso e a promoção de mulheres nas Forças Armadas e indicação de normas legais e infra legais de regência sobre o tema.**

a. Marinha do Brasil

As mulheres foram, progressivamente, ampliando sua participação nos Corpos e Quadros da Marinha do Brasil (MB). Inicialmente, foram empregadas em serviços das áreas técnica, de saúde e administrativa; posteriormente, nas áreas de engenharia e ciência e tecnologia para, mais recentemente, integrarem os Corpos e Quadros, podendo alcançar todos os postos e graduações da Força.

A reestruturação da carreira ocorrida em 1998, que incorporou a mulher nos efetivos dos Corpos e Quadros de Carreira da Marinha, ampliou, significativamente, a participação feminina nas atividades da Instituição, de modo que nos dias atuais, elas podem disputar em condições de igualdade com os homens, cargos considerados de destaque na MB, comissões no exterior e vagas em cursos de Estado-Maior e de Altos Estudos Militares. Com isso, as mulheres militares na MB passaram a ser partícipes das decisões nos diferentes níveis hierárquicos, concorrendo, de forma equânime, aos cargos de Direção e Comando de Organização Militar, que tem previsão de ocupação pelos seus respectivos Corpos e Quadros, inclusive aqueles de alto nível.

A competência e o profissionalismo das mulheres marinheiras levaram-nas a conquistar cargos cada vez mais relevantes e desafiadores com o passar dos anos, tais como: a Chefia do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade; a Subchefia da Estação Antártica Comandante Ferraz; a incumbência de Suboficial-Mor; e a atuação em missões de paz da ONU.

A primeira brasileira ao posto de Oficial-General ocorreu em 2012, abrindo caminho para as promoções subsequentes de novas Contra-Almirantes, em 2018, e, mais recentemente, em março de 2023.

Em 2014, ocorreu o ingresso, pela primeira vez, na Escola Naval (EM), que é o estabelecimento de Ensino Superior da Marinha, e com a modificação da Lei nº 9.519/97 (Lei de Reestruturação de Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha – LRCQ), em seu art. 9º, parágrafo 1º, I, alterada pela Lei nº 13.541/2017, possibilitou o ingresso das militares, além do Corpo de Intendentes (CIM), como já ocorria, também nos Corpos da Armada (CA) e de Fuzileiros Navais (CFN), atividades tipicamente combatentes.

Ressalta-se que o ingresso das mulheres no Corpo de Fuzileiros navais (CFN) teve início em 2001, por meio do Quadro de Músicos. Posteriormente, três dessas militares lograram êxito em processos seletivos internos e tornaram-se Oficiais do Quadro AFN. Em 2024, ampliando esse processo, serão admitidas mulheres no Corpo de Praças de Fuzileiros Navais (CPFN), como Soldado Fuzileiro Naval (SD-FN), com as mesmas atividades operativas do segmento masculino.

Para dar publicidade a esse evento, o Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN) publicou o Edital de Convocação no diário Oficial da união (DOU) nº 237, de 19 de dezembro de 2022, pelo qual 240 vagas do total de 1440 disponibilizadas, serão preferencialmente a candidatas do sexo feminino. É importante destacar que houve a preocupação em resguardar os direitos fundamentais das candidatas, pois caso alguma das candidatas venha a ficar grávida, em qualquer etapa do processo, caso aprovada, poderá cursar a escola e formação no ano seguinte.

b. Exército Brasileiro

Em 1992, foi aberto o primeiro concurso para mulheres para o Quadro Complementar de Oficiais. Atualmente, o EB já possui várias mulheres oficiais, dentre as quais algumas no posto de Coronel, mais alto posto para esse quadro.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro-RJ, em 1997, matriculou a primeira turma de mulheres com 10 alunas, a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM). A Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), no Rio de Janeiro-RJ, matriculou e formou, no mesmo ano, a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior.

No ano de 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior que não fossem da área de saúde. Nessa oportunidade, incorporou a primeira turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas de ciências humanas e exatas, atendendo às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da Instituição.

A Escola de Saúde do Exército, em 2001, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde, que passou a funcionar em 2002.



Com a experiência adquirida no ingresso das mulheres nos quadros complementares, de saúde e de engenheiros militares, o EB passou a ter melhores condições para implementar o ingresso das mulheres na linha bélica, cuja preparação possui maior grau de exigência física e psicológica.

A Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, estabeleceu que o ingresso do sexo feminino na Linha de Ensino Militar Bélico deveria ocorrer até 2017.

A Portaria nº 11-EME, de 1º de fevereiro de 2013, determinou ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) a elaboração do Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha do Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB), abrangendo inicialmente o Quadro de Material Bélico, o Serviço de Intendência e as Qualificação Militar para Subtenentes e Sargentos (QMS) de Intendência, Manutenção de Armamento, Manutenção de Viatura Auto, Mecânico Operador, Manutenção de Comunicações e Aviação Manutenção.

Nesse contexto, o DECEX estabeleceu medidas administrativas e educacionais para viabilizar a entrada do sexo feminino nos cursos de formação de oficiais e de sargentos de carreira, implementando as ações necessárias nas áreas de Educação e Cultura, de Recursos Humanos, de Material de Defesa, de Economia e Finanças, de Engenharia e Construção, de Ciência e Tecnologia e de caráter geral, logístico e administrativo com a finalidade de otimizar o ingresso do sexo feminino na Linha de Ensino Militar Bélico.

Cabe destacar os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEx/FSJ) / Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx), os quais desenvolveram estudos minuciosos para adequar a capacitação física da Força, em especial nos Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) / Unidades Escolares Tecnológicas do Exército (UETE), para receber o sexo feminino na Linha do Ensino Militar Bélico (LEMB). Trata-se de um pioneirismo, que, com persistência, dedicação e entusiasmo, tais instituições conseguiram regular, dentro do cronograma, as normas relativas ao treinamento físico militar.

O PISFLEMB-EB teve por finalidade adotar as medidas necessárias para adequar os estabelecimentos de ensino para receber e formar o sexo feminino, nas mesmas condições já conferidas ao sexo masculino, no mais alto padrão de ensino.

Os seguintes Estb Ens e UETE integraram o Projeto:

- Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), ingresso do sexo feminino em 2017.
- Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ingresso do sexo feminino em 2018.
- Escola de Sargentos das Armas (ESA), responsável pelo 1º ano do CFGS.
- 4º Grupo de Artilharia Leve (4º GAC L) (UETE), ingresso do sexo feminino em 2017.
- 10º Batalhão de Infantaria Leve (10º BIL) (UETE), ingresso do sexo feminino em 2018.
- Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), ingresso do sexo feminino em 2018.
- Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), ingresso do sexo feminino em 2019.
- 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (1º GAAAE), UETE reserva do Projeto para ser utilizada em caso de caráter excepcional.

A primeira turma do sexo feminino no Curso de Formação de Graduação de Oficiais, na LEMB, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em 2017 e se formou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2021. Tal turma pôde optar entre o Quadro de Material Bélico e o Serviço de Intendência.

O EB, com o intuito de ampliar e promover a participação das mulheres na Força, permitiu o acesso à arma de Comunicações, conforme publicado na Portaria - EME/C Ex nº 928, de 15 DEZ 22, que aprova o Plano de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2024 – PCE-EB/2024.

No caso do Curso de Formação de Graduação de Sargentos, na Linha de Ensino Militar Bélico (LEMB), o ingresso das alunas ocorreu em 2017, no 4º GAC L, e elas puderam escolher entre as qualificações militares de subtenentes e sargentos de Intendência, Manutenção de Armamento, Manutenção de Viatura Auto, Mecânico Operador, Manutenção de Comunicações, Topografia e Aviação Manutenção.

Dessa forma, a inserção do segmento feminino no EB vem ocorrendo de forma gradativa e consistente, de modo a minimizar as barreiras eventuais que possam existir (infraestrutura das OM, legislação sobre gravidez, maternidade etc.) e permitir a consolidação desse projeto da melhor forma possível

c. Força Aérea

O ingresso no Comando da Aeronáutica se dá por meio de processo seletivo, por concurso público ou por processo simplificado para convocação. É aberto ao público, independente do gênero, o ingresso nas Forças Armadas, de acordo com a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 “Estatuto dos Militares”.

Adicionalmente, os Processos Seletivos Simplificados para convocação de voluntários, em caráter temporário, não estabelecem qualquer limitação de vagas por gênero. A convocação supracitada tem como base o Art. 27 da Lei nº 4.375, de 17/08/1964, alterado pela Lei nº 13.954, de 16/12/2019, combinado com o Art. 43 do Decreto nº 10.986, de 08/03/2022 (Regulamento da Reserva da Aeronáutica).

Considerando-se o recorte temporal com ano-base de 2009, pode-se citar as seguintes medidas adotadas para ampliar o ingresso e a promoção de mulheres na Força Aérea Brasileira:

Em 2017:

- Abertura de vinte vagas para o sexo feminino para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR), cuja vagas anteriormente eram destinadas apenas para o sexo masculino;

- As Instruções Específicas (Edital) para o Exame de Admissão ao curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2018 (EA CPCAR 2018) aprovadas pela Portaria DEPENS nº 139-T/DPL, de 16 de março de 2017, destinam 20 (vinte) das 180 (cento e oitenta) vagas para o sexo feminino.

Em 2022:

- Fim da restrição por sexo para todas as especialidades do Curso de Formação de Sargentos.

- As Instruções Específicas (Edital) para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Segundo Semestre do ano de 2023 (EA CFS 2/2023) foram aprovadas pela Portaria DIRENS nº 259/DCR, de 14 de julho de 2022, e nela não constam restrições de gênero para a distribuição das vagas por especialidade;

Em 2023:

- Fim da restrição do número de vagas exclusivas para o sexo feminino no para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR);

- As Instruções Específicas (Edital) para o Exame de Admissão ao Curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2024 (EA CPCAR 2024) foram aprovadas pela Portaria DIRENS 364/DCR, de 21 de março de 2023. Foram abertas 130 (cento e trinta) vagas, sem diferenciação de sexo.

## **6. Informações sobre adaptações logísticas promovidas para receber adequadamente mulheres em instituições militares.**

De modo geral, nas três Forças foram realizadas obras de infraestrutura necessárias para adequação/adaptação/construção de instalações de banheiros, alojamentos, vestiários e locais de serviço para receber o segmento feminino, nas diversas Organizações Militares, permitindo que militares homens e mulheres tivessem seu espaço corretamente segregado, garantindo, assim, a devida privacidade.

No que tange aos uniformes, tantos os comuns como nos históricos, foram realizadas as adaptações voltadas às características femininas. Os equipamentos individuais são os mesmos adotados para ambos os sexos.

Para algumas atividades de campanha, houve necessidade de uma adaptação para atender às peculiaridades do sexo feminino. Com relação à higiene pessoal, foram mantidas as experiências adquiridas com o sexo feminino no Serviço de Saúde e nos Quadros Complementares.

## **7. Indicação se conteúdo da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, voltados à promoção de um ambiente marcado pela igualdade de gênero, estiveram presentes no conteúdo programático dos cursos de formação e pós-formação de militares, desde o ano de 2009.**

Os Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) realizam palestras para a conscientização dos futuros cadetes e alunos sobre a chegada do sexo feminino. Além disso, serão inseridos a partir de 2024, conteúdos voltados para o tema da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”.

Adicionalmente, ocorreu, também, a capacitação de instrutoras e monitoras que trabalham diretamente com os novos recursos humanos dos Estb Ens.

Os Centros de Operações de Paz das Forças realizam apresentações sobre a Agenda em seus cursos e capacitam todos os militares que venham a participar de missões de paz da ONU.

Vale ressaltar, que nas Forças a abordagem direta da temática é efetuada, também, na pós- formação do militar, ou seja, no decorrer de sua progressão funcional, por meio de cursos de carreira ou de capacitação para o desempenho de funções específicas.

**8. Apresentação dos resultados obtidos a partir das indicações do PNAMEPS de: (i) realização de “diagnóstico sobre os principais desafios práticos enfrentados por mulheres militares” e (ii) análise de experiências e boas práticas na experiência comparada que permitam mitigar tais desafios práticos.**

É importante ressaltar, que as Diretrizes internas das Forças buscam a igualdade entre os sexos, garantindo as mesmas oportunidades para ambos os sexos, o que contribui para um ambiente mais inclusivo e equitativo, valorizando a diversidade e promovendo a cultura da meritocracia, maximizando o potencial de seus integrantes.

Com relação ao diagnóstico sobre os principais desafios práticos enfrentados por mulheres militares, na Marinha, por exemplo, verifica-se que esses desafios permeiam por uma análise abrangente de assuntos específicos que podem impactar a integração, desenvolvimento e bem-estar dessas profissionais na Força. Como principais desafios pode-se destacar: a Integração em Unidades Operacionais, as Oportunidades de treinamento, a Prevenção de Assédio e Discriminação, o Equilíbrio Trabalho-Vida Pessoal e, em alguns casos, a Adaptação de Equipamentos e Uniforme.

O pioneirismo do sexo feminino na Linha de Ensino Militar Bélico (LEMB) no Exército Brasileiro ainda é recente, necessitando, com isso, de mais tempo para se ter uma série histórica, para se obter um diagnóstico mais detalhado sobre o desempenho das cadetes/alunas. No entanto, as boas práticas levantadas para mitigar os desafios da entrada do sexo feminino na LEMB são as mesmas dos homens: liderança, orientação e assistência constante e diária.

Na FAB, relatórios e documentos internos pontuam, com relação às questões de gênero, que, de modo geral, a organização de alojamentos e higienização (banho e sanitário) é adequada e havendo separação entre masculino e feminino; o atendimento médico hospitalar empregou quantitativo suficientes de mulheres militares enquanto profissional de saúde, embora as especialidades femininas (ginecologia) nem sempre fossem priorizadas; e, ainda, que embora a participação de mulheres seja uma realidade crescente, alavancada pelas profissionais de saúde, ainda não foi implementada uma política que considere a diferenciação de gênero para a mobilização dos profissionais.

**9. Indicação de ações e projetos apoiados pelo Brasil em operações de paz para o empoderamento de meninas e mulheres locais.**

Como ação apoiada pelo Brasil em operações de paz para o empoderamento de meninas e mulheres locais, cito a orientação técnica e o incentivo dos instrutores do Centro de Operações de Paz das Forças e de militares desdobrados no terreno, por meio

de instruções e *mission sharing*, aos militares e policiais que serão desdobrados em missão, para que efetivamente busquem promover os quadros femininos, em especial os militares que serão desdobrados na função de *Gender Advisor* ou CIMIC, com referência na Agenda 1325 da ONU.

#### **10. Informações sobre a atuação brasileira no contexto da transversalização de gênero na execução dos mandatos das operações de paz e missões políticas especiais.**

A Resolução 2242 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu metas à participação feminina em operações de manutenção da paz. Em 2017, a ONU estipulou metas mais ambiciosas nas quais indicavam que as representações deveriam ficar em 15% de militares e 20% de policiais do sexo feminino em operações de manutenção da paz.

O Brasil, por intermédio das Forças Armadas, atingiu as metas estabelecidas em 2017 e vem contribuindo com a participação feminina nas operações de paz e missões políticas especiais em que o país é convidado a compor.

#### **11. Informações sobre medidas de capacitação para ações de proteção da população local contra a violência baseada em gênero, inclusive para exercer função de ponto focal de gênero, no âmbito de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais.**

As Forças Armadas Brasileiras seguem as Leis do Estado Brasileiro, repudiando qualquer tipo de violência baseada em gênero.

Nesse contexto, a capacitação de militares (homens e mulheres), em particular os assessores e pontos focais de gênero desdobrados em operações de paz da ONU, tem permitido fornecer orientações práticas aos componentes das missões de campo e aumentar as suas capacidades para prevenir e responder à violência sexual relacionada com conflitos (CRSV - *Conflict-related Sexual Violence*).

Além disso, os Centros de Instrução de Operações de Paz Nacionais - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav) - criaram capacitações específicas, abaixo relacionadas, para mulheres, com o objetivo de viabilizar o aumento da participação feminina nas missões de paz, em consonância com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no contexto da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e da “*Uniformed Gender Parity Strategy*”:

- Estágio de Preparação Específica de Militares do Segmento Feminino para Operações de Paz (EPESFOP), no CCOPAB, somente com mulheres militares nacionais; e
- Estágio de Operações de Paz para Mulheres, no Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav) com a participação de militares brasileiras e estrangeiras.

Outro aspecto importante a ser citado, é a existência dos Pelotões de Engajamento, os quais são a ferramenta atualmente empregada em missões de operações de paz da ONU para que o componente militar melhor se comunique com a população local, entenda as

suas necessidades e, conseqüentemente, direcione as ações militares de forma a prevenir e coibir todas as formas de violência.

Com relação as medidas de capacitação, segue abaixo o detalhamento de algumas ações realizadas pelas Forças Singulares:

1) Condução do Estágio Setorial de Preparação Específica de Militares do Segmento Feminino para Operações de Paz (EPESFOP), desde 2019, pelo CCOPAB e desdobramento de Equipe Móvel de Treinamento do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav), para realização de treinamento de assessoria de gênero no Paraguai, em 2022.

2) Realização do 1º Estágio de Pelotão de Engajamento das Nações Unidas pelo CCOPAB (2021) e do 1º Curso de Pelotão de Engajamento das Nações Unidas pelo COPazNav (2023).

3) Quando o militar chega à área da missão de paz, utilizando a Missão das Nações Unidas, recebe instruções e treinamentos (*Induction Training*) relacionados ao assunto e, obrigatoriamente, realiza cursos afins (*Prevention of Sexual Harassment and Abuse by United Nations Personnel - Working Harmoniously, Prevention of Sexual Exploitation and Abuse by UN Personnel for Managers, Preventing Fraud and Corruption at the United Nations, I Know Gender, United to Respect: Preventing Sexual Harassment and Other Prohibited Conduct, Ethics and Integrity at the United Nations* e BSAFE).

Diante do exposto, a capacitação das mulheres, na paz e segurança internacionais, tem sido um dos temas prioritários implementados pelas Forças Armadas brasileiras, evidenciando a importância e a atualidade dessas ações concretas de qualificação que vem contribuindo para que as “*peacekeepers*” brasileiras ocupem funções relevantes nas missões de paz da ONU.

## **12. Informações sobre a implementação da política de tolerância zero das Nações Unidas entre militares brasileiros desdobrados em operações de paz e missões políticas especiais.**

A política de tolerância zero das Nações Unidas entre militares brasileiros vem sendo implementada nas seguintes vertentes:

### **a. Normatização**

Publicação de atos normativos, a saber:

- Instrução Normativa nº 5/EMCFA/MD, de 03/10/17, que orienta as Forças Singulares sobre o uso de cartões de bolso e do folheto denominados “Não há desculpa”, lançados pelas Nações Unidas, relacionados ao combate à exploração e ao abuso sexual (SEA, sigla em inglês) e de posse obrigatória por parte de todos os integrantes de uma missão de paz; e

- Instrução Normativa EMCFA-MD nº 7, DE 05/07/21, que estabelece os procedimentos, atividades de coordenação e responsabilidades para a condução de

investigações de supostas falhas de conduta, imputadas a militares brasileiros que integrem ou participaram de Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), no exercício de funções como componentes de contingentes ou de Estado-Maior, nas funções de missões individuais ou na função de Elementos de Apoio Nacional (*National Support Element* - NSE), bem como de ações decorrentes dessas investigações.

b. Capacitação de pessoal

O Ministério da Defesa do Brasil segue as orientações da ONU referentes aos conteúdos programáticos a serem ministrados pelos Centros de Instrução de Operações de Paz Nacionais a todos os militares brasileiros designados para participar de missões de paz.

Nesse contexto, estão inseridos nos cursos e estágios preparatórios para as missões de paz, assuntos obrigatórios relacionados a temática, abaixo relacionados, constantes nos seguintes programas de treinamento das Nações Unidas:

- *Core Pre-deployment Training Materials* (CPTM): Proteção de Civis; Conflitos relacionados a Violência Sexual; Direitos Humanos; Mulher Paz e Segurança; Respeito pela Diversidade; e Exploração e Abuso Sexual; e

- *Specialised Training Materials* (STM): Prevenção da Exploração e Abuso Sexual por Pessoal da ONU; Violência Sexual Relacionada com Conflitos (VCRS).

c. Investigação da conduta de militares

Além disso, o Ministério da Defesa do Brasil tem fortalecido a implementação da política de tolerância zero das Nações Unidas em relação aos brasileiros e brasileiras desdobrados em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais, por meio do enfrentamento rigoroso dos crimes de abuso e exploração sexual em todos os seus aspectos (prevenção, apuração, punição dos agressores e assistência a todas as mulheres e meninas em situação de violência).

Nesse contexto, foi implementado em 2023 o curso de *National Investigation Officer* (NIO), no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), a fim de permitir a preparação adequada de Oficiais de Investigação Nacionais (NIO) para realizarem investigações imparciais sobre alegações de má conduta grave, para determinar se uma alegação de má conduta é fundamentada. Esse militar tem papel fundamental na implementação da política de tolerância zero do Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) em relação à exploração e abuso sexual (SEA).

Portanto, o MD acredita que as vertentes da normatização, prevenção/treinamento e a apuração, quando necessárias, possibilitarão resultados eficazes para o combate ao abuso e à exploração sexual de mulheres em operações de paz.

**13. Informações sobre iniciativas de divulgação de documentos internacionais sobre a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e pesquisas conduzidas ou apoiadas pelo Ministério da Defesa ou pelas Forças Armadas sobre o tema.**

De uma forma geral, as mulheres já estão presentes em todos os níveis de Oficiais e Graduados das FA, sendo essa presença evidenciada nas diversas divulgações institucionais.

No que se refere a divulgação de documentos internacionais sobre a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, o assunto vem sendo tratado de diversas formas, a seguir enunciadas:

- durante as capacitações nos Centros de Instrução de Operações de Paz Nacionais, nas condições já descritas anteriormente;

- cooperação do Centro de Treinamento Conjunto de Operações de Paz do Brasil com instituições civis, como universidades, agências da ONU e sociedade civil, tais como a Rede Brasileira de Operações de Paz (REBRAPAZ) dedica-se a pesquisas relacionadas à implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS) no Brasil. Representantes dessas instituições são regularmente convidados para aprimorar e ministrar os módulos relacionados à Agenda de Mulher, Paz e Segurança nos estágios daquele Estabelecimento de Ensino;

- participação das mulheres brasileiras (militares e civis) em exercícios de operações de paz, como o Exercício VIKING 22 - o maior exercício multifuncional de operações de paz do mundo. Nesta atividade, mulheres ocuparam funções relevantes e durante toda a atividade foram exploradas situações relacionadas a aplicação da Agenda de Mulher, Paz e Segurança, destacada pela ONU, em todas as células de trabalho do exercício simulado e por todos os participantes da missão. Maiores informações podem ser consultadas na publicação “A participação do Brasil no Exercício Viking 22: considerações para futuras simulações sobre operações de paz”, da REBRAPAZ; e

- a participação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) em fóruns no Brasil e no exterior relativos a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”:

- Conferência Internacional "*Challenges for female peacekeepers, best practices*", em Ulan Bator/Mongólia (Palestrante);

- 1ª Conferência Latino-americana e do Caribe sobre Operações de Paz - Módulo Mulher, Paz e Segurança, Lima-Peru/ 2022 (Palestrante);

- *Workshop* de Mulheres, Paz e Segurança, no Colégio Interamericano de Defesa, Washington D.C/EUA;

- XXVIII Seminário Internacional Político-Estratégico, com o tema “O Ministério da Defesa nos desafios à implementação da Resolução 1325 (2000) das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança para a componente” (Palestrante); e

- pela Presidência da Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (ALCOPAZ) entre 2022 e 2023, foi definido como



tema central da XV Assembleia Geral da Associação, o assunto “Mulheres nas Operações de Paz”, em função da relevância do assunto e da oportunidade de levantar, nesse fórum internacional, as possibilidades e desafios para o incremento da participação feminina em missões de paz.

Nesses eventos, foi possível apresentar as ações já realizadas para a implementação das atividades que foram incumbidas pelo PNAMPS ao Ministério da Defesa, na área de operações de paz, bem como, a ampla discussão de oportunidades de melhoria e a identificação de possíveis medidas para a superação dos atuais desafios.

Dessa forma, o MD tem buscado disseminar o conhecimento de temas relacionados a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, contribuindo para a conscientização de nacionais e estrangeiros, em todos os níveis, quanto à importância do fortalecimento do papel feminino nas operações de paz.

#### **14. Informações sobre as iniciativas e os mecanismos de controle interno, baseados no PNAMPS sob avaliação, implementados no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.**

De forma geral, são realizadas as seguintes ações nas Forças Singulares:

- São realizadas reuniões de coordenação periódicas, abordando problemas e dificuldades que possam existir com cada subordinado, tanto do sexo feminino como do sexo masculino, nas quais são levantados e estudados os principais óbices para o desempenho de suas funções, para que se possa encontrar soluções e fornecer o devido suporte necessário;

- todas as atividades de ensino são medidas por meio de avaliações realizadas por ambos os sexos, com total isonomia. Essas avaliações englobam, principalmente, matérias do ensino universitário, matérias do ensino profissional, treinamento físico militar, atividades extraclasse e tiro; e

- Outra forma de medição do desempenho do sexo feminino e do sexo masculino é por meio da avaliação atitudinal, realizada por companheiros e instrutores, sobre os seguintes atributos: abnegação, adaptabilidade, autoconfiança, camaradagem, combatividade, cooperação, decisão, dedicação, descrição, equilíbrio emocional, honestidade, iniciativa, organização, persistência, responsabilidade, rusticidade, sociabilidade e disciplina, que compõem o Conceito Atitudinal.

Brasília, 25 de março de 2024.

Elaborado por:

Cel (EB) RAYMUNDO PIRES MONTEIRO  
Coordenador-Geral da Seção de Assuntos Setoriais